

Estudo Técnico Preliminar 149/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 00059.002111/2021-18

2. Descrição da necessidade

Aquisição de sistema de pressurização de água

O objeto trata da aquisição de sistema de pressurização de água, para revitalização do sistema de pressurização de abastecimento de água potável dos Edifícios Anexos do Palácio do Planalto.

O sistema de pressurização existente nos Edifícios Anexos possui mais de 20 anos de utilização, encontra-se com sua vida útil esgotada e, atualmente, está inoperante.

Nesse sentido, para se restabelecer a operacionalidade do sistema e garantir o fornecimento de água potável, com disponibilidade e confiabilidade, faz-se necessário proceder a revitalização do sistema de pressurização de água potável com a aquisição de novos equipamentos.

Face todo o exposto, resta claro a criticidade do sistema, o caráter inadiável e a necessidade revitalização e restabelecimento do sistema de pressurização de água potável dos Edifícios Anexos, por meio da aquisição de novos equipamentos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COENGE/DIENP/SA/SG/PR	ANDERSON DIAS GODDARD - COORDENADOR GERAL DE ENGENHARIA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O sistema de pressurização de água deve ser fornecidas, por empresa especializada, completamente montado e parametrizado, bem como em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.

O equipamento deve estar acompanhado das especificações técnicas e dos manuais de operação, manutenção e comissionamento e das instruções de softwares operacionais, bem como da relação da rede de assistência técnica autorizada.

Deverá ser adotada a língua Portuguesa para toda a documentação produzida e entregue pela proponente e/ou contratada.

A empresa deverá apresentar junto à proposta, declaração do fabricante, revenda ou distribuidor de que o equipamento cotado possui disponibilidade de suprimentos e peças de reposição de acordo com o Art. 32 da LEI Nº 8.078, DE 11 de setembro de 1990.

5. Levantamento de Mercado

Em função da especificidade técnica do equipamento objeto da presente aquisição, não foram identificados, no Painel de Preços do Ministério da Economia, contratações de produtos similares ou equivalentes técnicos que possam ser adotados como referência para o presente processo de licitatório.

Nesse sentido, foram realizadas pesquisas de mercado exclusivamente com fornecedores especializados, sem prejuízo do valor de mercado, considerando a natureza da contratação.

Cabe destacar que a contratação em tela se enquadra na categoria de bens comuns, tratada pela Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 10.024/19. As suas características possuem padrões de desempenho e qualidade normalmente encontradas no mercado, conforme pode ser observado nas pesquisas de preços realizadas.

6. Descrição da solução como um todo

O presente processo tem como objeto a aquisição de sistema de pressurização de água potável para os Edifícios Anexos do Palácio do Planalto.

O equipamento a ser adquirido têm como objetivo à revitalização e restabelecimento do sistema de pressurização de água potável dos Edifícios Anexos do Palácio do Planalto.

A Licitante Vencedora, quando da realização do fornecimento, deverá observar as especificações técnicas, demais diretrizes e orientações gerais definidas adiante, sem prejuízo de maior detalhamento em instrumento de licitação específico, pela Coordenação Geral de Engenharia - COENGE.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS EXIGIDAS

Deverá ser fornecido um sistema de pressurização montado em base metálica aço carbono pintada e com amortecedores de vibração contendo no mínimo 03 (três) motobombas, quadro de comando com inversores de frequência (um inversor individual por bomba), tanque hidropneumático, transmissores de pressão, manômetros e tubulações de aço galvanizado contendo válvulas de bloqueio e de retenção. O sistema de pressurização a ser fornecido deverá ser fabricado para atender às condições de abastecimento de água potável dos Edifícios Anexos ao Palácio do Planalto, em conformidade com a ABNT NBR 5626.

O sistema deverá ser capaz de operar de maneira automática, acionando as motobombas quando da existência de demanda de água, ajustando a rotação das bombas de maneira a manter a pressão na tubulação constante e garantir o abastecimento nos pontos de consumo das edificações. As motobombas deverão desligar automaticamente quando não houver demanda e a pressão na rede hidráulica estiver constante.

O sistema, também, deverá ser capaz de realizar o rodízio das motobombas de forma automática e escalonar a entrada das motobombas de acordo com o aumento da demanda de consumo de água.

O quadro elétrico de controle do sistema de pressurização deverá ser fabricado com proteções contra sub e sobre tensão, falta de fase, sobrecarga e operação da motobomba a seco e possuir aviso visuais de falhas no sistema.

As características operacionais são: vazão máxima simultânea de 100 m³/h e uma altura manométrica de 40 mca.

Será adotada a língua Portuguesa para toda a documentação produzida pela proponente e/ou contratada. Em particular, os manuais de operação, manutenção e comissionamento e as instruções de softwares operacionais, deverão ser em português para facilitar o entendimento por parte dos operadores e mantenedores.

Tensão de alimentação: trifásico, 380 V.

Os equipamentos e instrumentos deverão vir totalmente prontos e montados de Fábrica, de modo que no local de instalação, sejam feitas somente a sua interligação à rede elétrica e à rede hidráulica da edificação, requerendo apenas pequenos ajustes.

QUANTITATIVO

Pretende-se, com este estudo preliminar, a aquisição de:

- a) 01 (um) sistema de pressurização de água potável.

ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

A empresa deverá apresentar junto à proposta, declaração do fabricante, revenda ou distribuidor de que o equipamento cotado possui disponibilidade de suprimentos e peças de reposição de acordo com o Art. 32 da LEI Nº 8.078, DE 11 de setembro de 1990.

Da exigência de amostra: não se aplica.

A empresa deverá apresentar as especificação técnica e descrição detalhada do equipamento a ser fornecido.

A análise do equipamento a ser fornecido consiste na avaliação da proposta e das especificações técnicas/descrição detalhada, enviadas pela empresa proponente, quanto ao atendimento às especificações descritas no Termo de Referência.

Se o equipamento ofertado pelo primeiro classificado não for aceito, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a análise do equipamento a ser fornecido e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

As empresas deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização da análise do produto, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários à avaliação de aceitabilidade, quando for o caso.

ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O prazo de entrega dos bens é de até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento, em remessa única, no Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias corridos por responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Caberá à empresa fornecedora arcar com as despesas de embalagem e frete dos bens a serem fornecidos.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e especificação do equipamento e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo.

Na hipótese da verificação, a que se refere o subitem anterior, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Os bens deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria, preferencialmente em material reciclável, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

A garantia dos bens será de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

- Efetuar o pagamento à Contratada nas condições, preços e prazos pactuados.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.

O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário e especificações técnicas, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Nos termos do Art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, a entrega dos bens será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

O representante da Contratante deverá comunicar à Contratada por escrito, quanto à Política de Segurança da Informação da Secretaria de Administração e suas normas complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura, contendo o detalhamento do objeto fornecido, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do Art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comprovada a existência de qualquer irregularidade ou inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a Contratada, esta, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente, poderá sofrer as seguintes sanções:

- Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração;
- Multa moratória de 1,0 % (um por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço por item, observadas as exigências contidas no Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo foi levantado com base no sistema de pressurização de água potável existente nos Edifícios Anexos do Palácio do Planalto.

A quantidade de equipamentos a serem adquiridos encontram-se sintetizados na tabela abaixo.

ITEM	EQUIPAMENTO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Sistema de pressurização de água contendo quadro de comando com inversores de frequência, no mínimo três (03) motobombas, tanque hidropneumático, transmissores de pressão, manômetros e tubulações de aço galvanizado contendo válvulas de bloqueio e de retenção. Características operacionais: vazão máxima simultânea de 100 m³/h e altura manométrica estimada de 40 mca.	un	1,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 149.374,00

O valor total da aquisição está estimado em R\$ 149.374,00 (Cento e quarenta e nove mil trezentos e setenta e quatro reais).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

A Nota Técnica nº 9/2021/CIVIL/COMAN/COENGE/DIENP/SA (3100105) os procedimentos adotados para determinação do valor estimado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação do objeto descrito nesse Estudo Técnico Preliminar deverá ser realizada em única parcela.

Cabe destacar que se trata do fornecimento de um equipamento (sistema de pressurização de água), sendo o parcelamento tecnicamente inviável.

Nesse sentido, a contratação em tela também não pode ser tratada como um objeto passível de parcelamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada ao objetivo estratégico (OE) nº 10 do Mapa Estratégico 2020-2023 da Secretaria -Geral da Presidência da República que versa sobre o aperfeiçoamento dos serviços logísticos e da infraestrutura física da Presidência da República.

Esta contratação também encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2022.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O resultado pretendido é o restabelecimento da operacionalidade do sistema de pressurização de água potável dos Edifícios Anexos do Palácio do Planalto.

Desta forma, será possível garantir o fornecimento de água potável, com disponibilidade e confiabilidade, diretamente aos pontos de consumo (pias, mictórios, sanitários, chuveiros, cozinhas, etc.) das edificações supracitadas.

13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não são evidenciados impactos ambientais negativos na aquisição pretendida.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Este processo tem como objeto a aquisição de sistema de pressurização de água potável para os Edifícios Anexos do Palácio do Planalto.

Os equipamentos a serem adquiridos têm como objetivo à revitalização e restabelecimento do sistema de pressurização de água das edificações supracitadas, garantindo o fornecimento de água potável aos pontos de consumo.

Face ao exposto e, com base nos Estudos Preliminares realizados, a Equipe de Planejamento da Contratação considera como viável e necessária a aquisição em tela, observando o tipo de contratação e a pesquisa de preços realizadas.

16. Responsáveis

00059.002111/2021-18

MATEUS JÚNIO ARAÚJO RODRIGUES
ENGENHEIRO

00059.002111/2021-18

PAULO ANDRÉ DE CARVALHO FERREIRA BRAGA
ENGENHEIRO